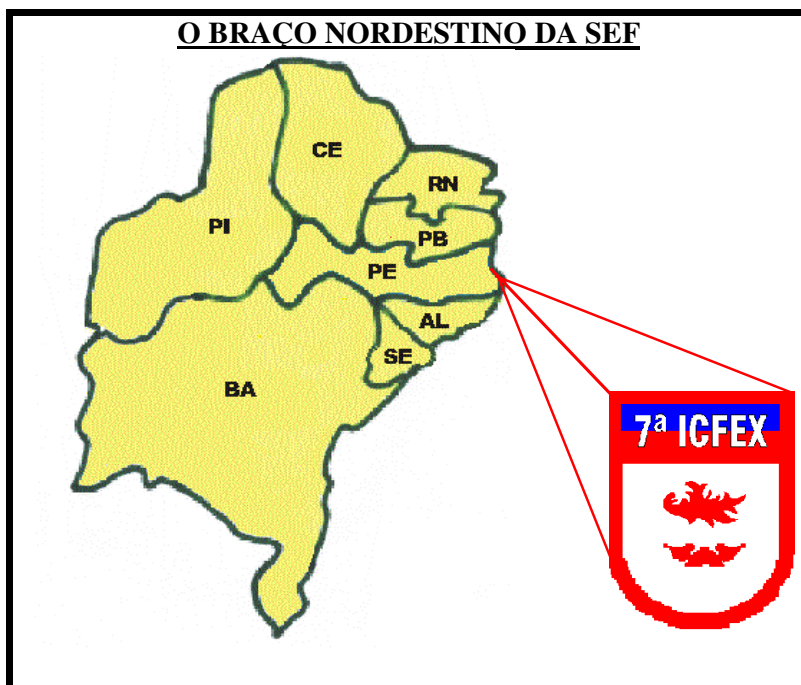




**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)**



**BOLETIM INFORMATIVO Nr 07
(31 DE JULHO DE 2009)**

FALE COM A 7ª ICFEx

Correio Eletrônico: 7icfex@eb.mil.br
7icfex-chsecaptec@eb.mil.br
Página Internet: <http://www.7icfex.eb.mil.br>
Telefones: Fixo – (0 XX 81) 3423-7500
RITEX – 870-7180



ÍNDICE

ASSUNTO	PÁGINA
1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL	
Registro a Conformidade Contábil Mensal – “Junho/2009”	2
2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS ANUAIS	
1. Tomadas de Contas Anual	2
a. <u>Regulares</u>	2
- Julgamento de T C A	
- Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – Orientação.	2
b. <u>Irregulares</u>	2
2. Tomadas de Contas Especial	2
3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS	
1. Modificação de Rotinas de Trabalho	3
a. <u>Execução Orçamentária</u>	3
- Ação 2003 – Informática - MSG SIAFI 2009/0525476, de 11 MAI 09, da DGO.	3
b. <u>Execução Financeira</u>	3
c. <u>Execução Contábil</u>	3
1) Contas Contábeis	3
a) Oficial Tomador de Conta - Designação	3
b) Saldo na Conta Limite de Saque, – FET 0190000000 - MSG SIAFI 2009/0536368, de 13 MAI 09, da CCONT.	4
2) Patrimônio	4
3) Custos	4
d. <u>Execução de Licitações e Contratos</u>	4
e. <u>Pessoal</u>	4
Rotina para Pagamento de Ajuda de Custo - MSG SIAFI 2009/0537719, de 13 MAI 09, do DGP.	4
f. <u>Controle Interno</u>	5
1) 11ª ICEx informa (Liquidação de despesa BBCT) - MSG SIAFI 2009/0634338, de 04 JUN 09.	5
2) Reunião Sistemática – SGS/DGO - MSG SIAFI 2009/0647185, de 08 JUN 09.	5
3) Mensagem SIAFI direcionada ao CPEx - Padronização de Termos.	6
4) Sistema de Cartão de Pagamento - (SCP) MSG SIAFI 2009/0639532, de 05 JUN 09.	6
5) Alterações nas OR AGT ADM/2009 – SGS/DGO - MSG SIAFI 2009/0647150, de 08 JUN 09.	7
g. <u>Visita de Auditoria</u>	8
h. <u>Convênios</u>	8
2. Recomendações sobre Prazos	8
3. Soluções de Consultas	8
a. Ajuda de Custo ou Diária – Definição de casos – Uniformização de tese.	8
b. Ajuda de Custo	8
c. Gratificação de Representação	9
d. Pg Pés - Gratificação de Representação – Deslocamento para Acompanhar Obras de Engenharia	9
4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as UG	9
a. <u>Legislação e Atos Normativos</u>	9
b. <u>Orientações aos Agentes da Administração</u>	9
c. Mensagens COMUNICA	9
4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS	10
1. Aniversário de Organizações Militares (OM)	10
2. Informações do tipo “Você Sabia ...?”	10
- ANEXO “A” – Transcrição da Port. nº 024-SEF, de 13 JUL 09, a ativação da 10ª ICEx, a contar de 01 SET 09.	15
- ANEXO “B” – Julgados e Normas do TCU de maior interesse para as UG, publicados em Junho 2009.	17
- ANEXO “C” – Orientações Normativas da AGU sobre Licitações e Contatos.	21



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS
7ª INSPETORIA DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DO EXÉRCITO
(Sv Fundos Reg 7ª RM/1934)

1ª Parte – CONFORMIDADE CONTÁBIL

Registro da Conformidade Contábil Mensal – “JUNHO/2009”

Cumprindo às disposições da Coordenação-Geral de Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), que regulam os prazos, os procedimentos, as atribuições e as responsabilidades para a realização da conformidade contábil das Unidades Gestoras (UG) vinculadas, esta Inspeção registrou, no SIAFI, a conformidade contábil para certificar os registros contábeis efetuados em função da entrada de dados no Sistema, no mês de **JUNHO/2009**, de todas as Unidades Gestoras (UG), **SEM ALTERAÇÃO**.

2ª Parte – INFORMAÇÕES SOBRE APROVAÇÃO DE TOMADA DE CONTAS

1. Tomadas de Conta Anual

a. Regulares

Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros - Orientação

- Esta Inspeção lembra que o dia em que foi realizada a Sessão do TCU corresponde à data de início da contagem do prazo de **05 (cinco)** anos para arquivamento da documentação contábil e financeira relativa àquele exercício, conforme prevê o art. 2º das Normas para Arquivamento e Destruição de Documentos Contábeis e Financeiros – **Portaria no 011/SEF, de 17, Out 95**. Esta Portaria prevê, ainda, que *a documentação correspondente aos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS etc) não poderá ser destruída, devendo ser arquivada em pastas próprias, com vistas a garantir a necessária comprovação futura dos recolhimentos efetuados e a resguardar os interesses dos respectivos contribuintes e do Comando do Exército*.

Julgamento de T C A

EXERCÍCIO	CÓDIGO DA UG	OFÍCIO DO TCU	ACÓRDÃO	ATA	SESSÃO TCU
2007	160036 - Cmdo 6ª RM	09/2009	2647/2009-TCU - 2ª Câmara	16/09	26 MAI 2009
Ofício Nº 229-SCCR/D Aud, de 24 de julho de 2009					

b. Irregulares

- Nada a considerar

2. Tomadas de Contas Especial

- Nada a considerar

3ª Parte – ORIENTAÇÕES TÉCNICAS**1. Modificações de Rotinas de Trabalho****a. Execução Orçamentária****Ação 2003 – Informática****Msg SIAFI nº 2009/0525476, de 11 Maio 09, da DGO**

DO DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA
AO SR ORDENADORES DE DESPESAS E CHEFE DE ICFEX

1. INFORMO-VOS QUE A UNIDADE ORÇAMENTÁRIA FUNDO DO EXÉRCITO UG 167086, POSSUI RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS PARA O ATENDIMENTO DAS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO SEM SUB-REPASSE (FONTES PARES – RECURSOS PRÓPRIOS), PARA DESPESAS DE CUSTEIOS E INVESTIMENTO NA AÇÃO 2003 – INFORMÁTICA.

2. INFORMO-VOS, AINDA, QUE AS SOLICITAÇÕES DEVERÃO ESPECIFICAR O MATERIAL A SER ADQUIRIDO OU O SERVIÇO A SER PRESTADO COM OS RESPECTIVOS VALORES, A FIM DE POSSIBILITAR A ANÁLISE E O ATENDIMENTO NO PTRES ESPECÍFICO (025147).

3. RESSALTO QUE TAL SITUAÇÃO PERMANECERÁ ATÉ OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DISPONÍVEIS NA AÇÃO 2003 – INFORMÁTICA SEJAM ESGOTADOS, OCASIÃO EM QUE AS PROVISÕES DE CRÉDITO PASSARÃO A SER REALIZADAS SEM DISTINÇÃO (PTRES ESPECÍFICO) PARA O MATERIAL OU SERVIÇO DE INFORMÁTICA.

BRASÍLIA, 11 DE MAIO DE 2009

GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

b. Execução Financeira

- Nada a considerar

c. Execução Contábil**1) Contas Contábeis****a) Oficial Tomador de Contas - Designação**

Designo, a partir de 01 de agosto de 2009, o Oficial desta ICFEx, para Tomador de Contas das seguintes UG vinculadas:

Nr Ordem	CÓDIGO	NOME UG	TOMADOR DE CONTA
01	160028	35º BI	CAP QCO LIMOEIRO
02	160029	18ª CSM	
03	160033	19º BC	
04	160034	4ª Cia Gd	
05	160038	6º D Sup	
06	160040	Pq R Mnt/6	
07	160041	40º BI	
08	160044	23º BC	
09	160050	H Ge F	
10	160051	P R Mnt/10	
11	160173	31º BIMTz	
12	160177	71º BIMTz	
13	160179	3ª DL	
14	160194	Cmdo 7ª RM/7ª DE	
15	160341	7º BEC	

Em consequência, o interessado tome conhecimento e providências decorrentes.

b) Saldo na Conta Limite de Saque, FTE 0190000000.
Msg SIAFI nº 2009/0536368, de 13 Maio 09, da D Cont

DO GESTOR FINANCEIRO DA DIRETORIA DE CONTABILIDADE
AOS SRS CHEFES DE ICFEX

1. VERSA A PRESENTE MSG SOBRE SALDO NA CONTA LIMITE DE SAQUE (11.216.04.00) NA FONTE 0190000000, VINC 987, 988 E 990.

2. SOLICITO ÀS ICFEX QUE ORIENTEM AS SUAS UG VINCULADAS QUE PARA REGULARIZAREM OS SALDOS NA CONTA LIMITE DE SAQUE, FTE 0190000000, VINC 987, 988 E 990, DEVERÃO CUMPRIR O CONTIDO NAS MSG SIAFI 2008/0286506, 2008/0478339, 2008/1546544, 2008/1546568 E 2008/1546593, TODAS DA COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA DA STN.

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Patrimônio

- Nada a considerar

3) Custos

- Nada a considerar

d. Execução de Licitações e Contratos

- Nada a considerar

e. Pessoal

Rotina para Pagamento de Ajuda de Custo
Msg SIAFI nº 2009/0537719 , de 13 Maio 09, do DGP

DO: SUBDIRETOR DA DCEM

AO: SR ORDENADOR DE DESPESAS

ASSUNTO: ROTINA PARA PAGAMENTO DE AJUDA DE CUSTO AOS MILITARES QUE TENHAM RECEBIDO DIÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DE CURSO COM PERÍODO SUPERIOR A 15 DIAS. AS OM DEVEM VERIFICAR AS SEGUINTESS PREMISSAS:

1. RECOLHIMENTO, VIA GRU PARA AS RM, DOS VALORES REFERENTES ÀS DIÁRIAS RECEBIDAS PELO MILITAR PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO/CURSO;

2. PAGAMENTO DA AJUDA DE CUSTO A QUE FAZ JUS O MILITAR, SOMENTE APÓS O RECOLHIMENTO PREVISTO NO ITEM (1), PODENDO A OM REALIZAR O PAGAMENTO PARCIAL DESSE VALOR EM (02) OB, UMA NO VALOR A SER RECOLHIDO REFERENTE ÀS DIÁRIAS RECEBIDAS PELO MILITAR E OUTRA NO VALOR DA DIFERENÇA ENTRE A AJUDA DE CUSTO E O VALOR RECOLHIDO. ESSA SISTEMÁTICA TEM POR FINALIDADE PROPORCIONAR SALDO EM C/C DO MILITAR, DE MODO QUE ELE POSSA REALIZAR AS DEVOLUÇÕES DOS VALORES DE DIÁRIAS RECEBIDAS;

3. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO DE PASSAGEM, DESDE QUE O MILITAR NÃO TENHA SIDO CONTEMPLADO COM A REQUISIÇÃO DO TRANSPORTE, QUANDO DO SEU DESLOCAMENTO;

4. NÃO HAVER DUPLICIDADE DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS/AJUDA DE CUSTO OU INDENIZAÇÃO/REQUISIÇÃO DE PASSAGENS;

5. OS VALORES RECOLHIDOS VIA GRU PERTENCEM À RM QUE EFETUOU O PAGAMENTO DAS DIÁRIAS; E

6. CABE À RM EFETUAR O ACOMPANHAMENTO DOS VALORES QUE LHE SÃO DEVIDOS, ORIENTANDO AS OM QUANTO À CONTA CONTÁBIL, AOS CÓDIGOS E DEMAIS INFORMAÇÕES JULGADAS PERTINENTES, QUANDO DA REALIZAÇÃO DAS CONFORMIDADES. CASO ESTA OM NÃO TENHA MILITARES INCLUÍDOS NA SITUAÇÃO ACIMA, SOLICITO DESCONSIDERAR ESTA MENSAGEM.

IRTONIO PEREIRA RIPPEL JUNIOR - CEL
SUBDIRETOR DA DCEM

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

f. Controle Interno

1) 11ª ICFEx informa (liquidação de despesa BBCT) – S3 - Transcrição (Msg SIAFI 2009/0634338, de 04 Jun 09)

“DO: CH 11ª ICFEX
AO: SR ORDENADOR DE DESPESA
ASS: NOVO TRATAMENTO PARA O CAMPO INSCRIÇÃO 02
RFR: MSG SIAFI 2009/0628791, DE 03/06/09 - CCONT/STN

1. DE ACORDO COM A MSG ACIMA RFR, INFORMO-VOS NOVOS PROCEDIMENTOS PARA A REALIZAÇÃO DE LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS, EM PARTICULAR, DAS EFETUADAS POR MEIO DO CPGF.

2. NA TELA DOS DADOS BÁSICOS, DEDUÇÕES (OB, GRU) E ENCARGOS PARA SITUAÇÕES, DEDUÇÕES E ENCARGOS QUE POSSUAM O TIPO DE CONTA CORRENTE CNPJ, UG, IG OU 999 NA INSCRIÇÃO 02 DO EVENTO 52.1.XXX, DEVERÃO INFORMÁ-LA NO CAMPO INSCRIÇÃO 02 DO ATUCPR.

3. ATENTEM-SE AOS PROCEDIMENTOS ACIMA DESCRITOS PRINCIPALMENTE PARA A DEDUÇÃO BBCT. CASO A UG TENHA APROPRIADO A DEDUÇÃO BBCT E NÃO INFORMOU NO CAMPO INSCRIÇÃO 2 DO PRÉ-DOC OB O CPF DO SUPRIDO, DEVERÁ CANCELAR A DEDUÇÃO E REINFORMÁ-LA CONFORME AS ORIENTAÇÕES ACIMA.

BRASÍLIA, DF, 04 DE JUNHO DE 2009.

JOÃO ALBERTO REDONDO SANTANA - TC INT
CHEFE DA 11ª ICFEX
WWW.11ICFEX.EB.MIL.BR”

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

2) Reunião sistêmica – SGS/DGO - Transcrição (Msg SIAFI 2009/0647185, de 08 Jun 09)

“1. INFORMO AOS SR OD QUE, VISANDO MELHOR ORIENTAR A SOLICITAÇÃO DE RECURSOS A ESTA DIRETORIA, FOI ADICIONADO ÀS ORIENTAÇÕES AOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO/2009, O CAPÍTULO II - REUNIÃO SISTÊMICA.

2. INFORMO-VOS AINDA QUE, AS RESPONSABILIDADES DESCRITAS NESSE CAPÍTULO FORAM ESTABELECIDAS EM REUNIÃO DE REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS DE DIREÇÃO SETORIAL NO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO E, PORTANTO, SÃO DE AMPLO CONHECIMENTO DOS ÓRGÃOS ALI ELENCADOS.

3. DESTARTE, ORIENTO-VOS QUE, A PARTIR DESTA DATA NÃO MAIS SERÃO A TENDIDAS, POR ESTA DIRETORIA, AS SOLICITAÇÕES DE CRÉDITO PARA A AQUISIÇÃO/MANUTENÇÃO DE ITENS ALI RELACIONADOS QUE TENHAM COMO RESPONSÁVEL OUTRO ODS QUE NÃO A SEF/DGO.

BRASILIA, DF, 08 DE JUNHO DE 2009.

GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DA DGO"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

3) Mensagens SIAFI direcionadas ao CPEx – Padronização de Termos

O CENTRO DE PAGAMENTO DO EXÉRCITO (CPEx) POR MEIO DA MSG SIAFI Nº 2009/0536196, SEF/GESTOR, DE 13 MAIO 09, ENVIADA AOS CH ICFEx, SOLICITOU QUE SEJAM EMPREGADOS OS TERMOS PADRONIZADOS, A SEGUIR RELACIONADOS, NO CAMPO "ASSUNTO" DAS MENSAGENS SIAFI DAS UG, DIRECIONADAS AQUELE CENTRO, PODENDO SER COMPLEMENTADAS COM OUTRAS INFORMAÇÕES JULGADAS NECESSÁRIAS OU ASSUNTOS QUE NÃO SE ENQUADREM NOS EXEMPLOS ABAIXO:

ASSUNTO: MILITAR DA ATIVA
ASSUNTO: MILITAR NA INATIVIDADE / PENSIONISTA
ASSUNTO: SERVIDOR CIVIL
ASSUNTO: IRPF / CPF / DIRF / PASEP
ASSUNTO: SETOR FINANCEIRO
ASSUNTO: TAB PAG
ASSUNTO: SISCONSIG
ASSUNTO: CONVÊNIOS

O intuito da presente padronização é dar presteza ao redirecionamento das MSG SIAFI recebidas pelo CPEx.

Em consequência, os OD das UG vinculadas deverão orientar seus Agt Adm a adequarem suas mensagens SIAFI emitidas para o CPEx de acordo com a padronização daquele Centro.

4) Sistema de cartão de pagamento (SCP) - Transcrição (Msg SIAFI 2009/0639532, de 05 Jun 09)

"DO: SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS
AOS: SENHORES ORDENADORES DE DESPESAS

1. INFORMO AOS ORDENADORES DE DESPESAS (OD) QUE A PORTARIA Nº 127, DE 29 DE MAIO DE 2009, DO MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, PUBLICADA NA SEÇÃO 1, PÁGINA 88, DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Nº 102, DE 01 DE JUNHO DE 2009, ALTERA O § 2º, DO ART. 2º, DA PORTARIA/MPOG Nº 90, DE 24 DE ABRIL DE 2009, QUE INSTITUIU, NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL, O SISTEMA DO CARTÃO DE PAGAMENTO-SCP, COM O OBJETIVO DE DETALHAR A APLICAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS CONCEDIDO POR MEIO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL-CPGF. DESSA FORMA, O § 2º, DO ART. 2º, DA PORTARIA/MPOG Nº90, DE 24 DE ABRIL DE 2009, PASSA A VIGORAR COM A SEGUINTE REDAÇÃO:

"ART. 2º

§ 2º FICAM EXCETUADAS DO DISPOSTO NESTE ARTIGO AS DESPESAS DE CARÁTER SIGILOSO DE QUE TRATA O INCISO II DO ART. 45 E AS DESPESAS ABRANGIDAS PELO REGIME DE EXECUÇÃO ESPECIAL PREVISTO NO ART. 47, AMBOS DO DECRETO Nº 93.872, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1986, OBSERVADO O DISPOSTO NOS INCISOS X E XXXIII DO ART. 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

2. O ART. 47 DO DECRETO 93.872/86, ACIMA MENCIONADO, DISPÕE O SEGUINTE:

"ART. 47. A CONCESSÃO E APLICAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS, OU ADIANTAMENTOS, PARA ATENDER A PECULIARIDADES DOS ÓRGÃOS ESSENCIAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DA VICE-PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, DAS REPARTIÇÕES DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO EXTERIOR, BEM ASSIM DE MILITARES E DE INTELIGÊNCIA, OBEDECERÃO AO REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO ESTABELECIDO EM INSTRUÇÕES APROVADAS PELOS RESPECTIVOS MINISTROS DE ESTADO, VEDADA A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA. (REDAÇÃO DADA PELO DECRETO Nº 6.370, DE 2008)."

3. CONSIDERANDO QUE AS UG DO COMANDO DO EXÉRCITO OBEDECEM AO REGIME ESPECIAL DE EXECUÇÃO ESTABELECIDO PELA PORTARIA NORMATIVA Nº 1.403/MD, DE 26 DE OUTUBRO DE 2007, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO, APLICAÇÃO E COMPROVAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO DA DEFESA, PORTARIA ESSA, TAMBÉM FUNDAMENTADA NO ART.47, DO DECRETO 93.872/86, TRANSCRITO "IN VERBIS" NO ITEM 2. ANTERIOR, ESTA SECRETARIA TORNA SEM EFEITO TODAS AS ORIENTAÇÕES CONTIDAS NA MENSAGEM SIAFI 2009/0518219-SEF, DE 08 DE MAIO DE 2009, DESTINADA AOS ORDENADORES DE DESPESAS, O QUE, CONSEQUENTEMENTE, DESOBRIGA AS UG DE UTILIZAREM O SISTEMA DO CARTÃO DE PAGAMENTO-SCP INSTITUÍDO PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO.

BRASÍLIA - DF, 05 DE JUNHO DE 2009.

GEN DIV MARCIO ROSENDO DE MELO
SUBSECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

**5) Alterações nas OR AGT ADM/2009 – SGS/DGO - Transcrição
(Msg SIAFI 2009/0647150, de 08 Jun 09)**

"1. INFORMO AOS SR OD QUE, BUSCANDO A MELHORIA DE PROCEDIMENTOS, ESTA DIRETORIA PROCEDEU, APÓS SUGESTÕES DAS UG, AS SEGUINTE ALTERAÇÕES NAS OR AGT ADM/2009:

- A. TRANSFORMAÇÃO DO ITEM 6 DO CAP I EM CAPÍTULO II (REU SISTÊMICA);
- B. REORGANIZAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DA REUNIÃO SISTÊMICA EM UMA TABELA TEMÁTICA;
- C. INCLUSÃO DA RESPONSABILIDADE PELA AQUISIÇÃO DE EXTINTORES DE INCÊNDIO (COLOG);
- D. EXCLUSÃO DO ITEM MANUTENÇÃO DE EXTINTORES PELO DGP;
- E. INCLUSÃO NO ITEM 1 DO CAP V - CONTRATOS, O SEGUINTE TEXTO:
"VIGÊNCIA MÁXIMA DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA COPIADORA: 48 MESES (ART 57, INC IV, LEI 8.666/93)";
- F. NA LETRA "D" DO ITEM 2 DO CAP VI - DESPESAS ESPECIAIS:
ONDE SE LÊ DIRETORIA DE MANUTENÇÃO, LEIA-SE DIRETORIA DE MATERIAL;
- G. REINCLUSÃO DO SI33 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VÍDEO E FOTO NO ITEM 9 DO CAP II;
- H. REINCLUSÃO DO TEXTO NA LETRA "E" DO ITEM 2 DO CAP VI:
"A DGO NÃO ATENDE A SOLICITAÇÃO DE SEGURO DE VIATURAS ADMINISTRATIVAS QUE NÃO SEJA O SEGURO OBRIGATÓRIO";

I. INCLUSÃO DO ANEXO F - CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA, NO CAPÍTULO IX - ANEXOS;

J. EXCLUSÃO DO TEXTO QUE TRATA DA CLASSIFICAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE NA LETRA "A", DO ITEM 8 DO CAP III (POR CONSTAR DO ANEXO F ACIMA).

I. INCLUSÃO DA MSG SIAFI 2007/0254115, DE 23FEV07, DA CCONT/STN, NA LETRA G, ITEM 4, DO CAP IV - FUNCIONAMENTO DA VIDA ADMINISTRATIVA.

2. SOLICITO-VOS, PORTANTO, QUE AS ALTERAÇÕES ACIMA SEJAM DE AMPLA DIVULGAÇÃO NO SEIO DA UG E SUAS OM VINCULADAS, OBJETIVANDO A CORRETA SOLICITAÇÃO DE RECURSOS A ESTA DIRETORIA E, ASSIM, EVITAR ATRASOS DESNECESSÁRIOS NO ATENDIMENTO ÀS SUAS SOLICITAÇÕES.

BRASILIA, DF, 08 DE JUNHO DE 2009.

GEN DIV CARLOS HENRIQUE CARVALHO PRIMO
DIRETOR DA DGO"

Em consequência, oriento aos senhores Ordenadores de Despesas e aos Agentes da Administração das UG vinculadas, que tomem conhecimento e providências decorrentes.

g. **Visita de Auditoria**

- Nada a considerar

h. **Convênios**

- Nada a considerar

2. Recomendações sobre Prazos

- Nada a considerar

3. Soluções de Consultas

a. **Ajuda de Custo ou Diária – Definição de casos – Uniformização de tese**

UG de Origem	Documento de Resposta
4ª ICFEx	Ofício Nº 191 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 27 Mai 09.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Suscitando divergência de entendimento entre o DGP e a CONJUR/MD sobre pagamento de ajuda de custo e diária. Esclarece que pode ser seguida a orientação do DGP, uma vez que a decisão da CONJUR/MD não teve efeito vinculante.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.191-09.pdf	

b. **Ajuda de Custo**

UG de Origem	Documento de Resposta
11ª ICFEx	Ofício Nº 223 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 23 JUN 09.
<u>ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:</u>	
- Consulta versando sobre Oficial Médica do Hospital Geral de Brasília, que designada para curso no Rio de Janeiro, RJ, com duração de aproximada de 03 (três) meses. Em função disso, faria jus a militar à ajuda de custo correspondente.	
<u>ONDE ENCONTRAR:</u>	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

c. Gratificação de Representação

UG de Origem	Documento de Resposta
4ª RM	Ofício Nº 234 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 02 JUL 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Consulta versando sobre gratificação de representação.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/quadrof2009.htm	

d. Pg Pes – Gratificação de Representação – Deslocamento para Acompanhar Obras de Engenharia

UG de Origem	Documento de Resposta
11ª ICFEx	Ofício Nº 168 – Asse Jur – 09 (A1/SEF), de 28 Abr 09.
ASSUNTO RESUMIDO DA CONSULTA:	
- Opinando que os militares da CRO/11 que são obrigados a se deslocar para acompanhar obras de engenharia têm direito a gratificação de representação.	
ONDE ENCONTRAR:	
- A matéria foi publicada no sítio: http://intranet.sef.eb.mil.br/sef/assessoria1/oficios/2009/Of.168-09.pdf	

4. Atualização da Legislação, das Normas, dos Sistemas Corporativos e das Orientações para as Unidades Gestoras (UG).

a. Legislação e Atos Normativos

ASSUNTO	Onde Encontrar	Observações
- Decreto nº 6.856, de 25.05.2009 - regulamenta o art. 206-A da Lei nº 8.112, de 11.12.1990 (Regime Jurídico Único), dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.	DOU de 26.05.2009, S. 1, ps. 6 e 7	Tomar conhecimento
- Decreto nº 6.907, de 21.07.2009 – altera dispositivos dos Decretos nºs 71.733, de 18 de janeiro de 1973, 825, de 28 de maio de 1993, 4.307, de 18 de julho de 2002, e 5.992, de 19 de dezembro de 2006, que dispõe sobre diárias de servidores e de militares.	DOU nº 138, de 22.07.2009, S. 1, ps. 4	Tomar conhecimento
- PORTARIA Nº 509, Cmt Ex, de 29 de julho de 2009 - Altera as Instruções Gerais para Concessão de Licenças aos Militares da Ativa do Exército (IG 30-07), aprovadas pela Portaria do Comandante do Exército nº 470, de 17 de setembro de 2001.	BE Nº 030, de 31 Jul 09	Tomar conhecimento

b. Orientações aos Agentes da Administração

- Nada a considerar

c. Mensagens COMUNICA:

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0725654	7ª ICFEx	Serviço de Tecnologia de Informação
SIAFI 2009/0744580	7ª ICFEx	Descarga de Material Permanente
SIAFI 2009/0749700	7ª ICFEx	Pagamento de Exercícios Anteriores
SIAFI 2009/0749720	7ª ICFEx	Continuação da MSG SIAFI 2009/0749700
SIAFI 2009/0753981	7ª ICFEx	Fisc. Obrig. Trab. e Diligências aos Atestados de Capacit. Técnica
SIAFI 2009/0754008	7ª ICFEx	Balanco Patrimonial Digital
SIAFI 2009/0754703	7ª ICFEx	Alteração de Valores da Retribuição por Titulação de Gratificação Qualificação
SIAFI 2009/0760155	7ª ICFEx	Comunicado do TCU
SIAFI 2009/0760224	SEF	Determinação do TCU
SIAFI 2009/0763941	7ª ICFEx	Reposição Remuneratória
SIAFI 2009/0764177	7ª ICFEx	Inclusão de nova Situação no CPR
SIAFI 2009/0765846	7ª ICFEx	Conformidade Contábil

MENSAGEM	EXPEDIDOR	ASSUNTO
SIAFI 2009/0765864	7ª ICFEx	Alterações no Manual do SIAFI WEB
SIAFI 2009/0768792	7ª ICFEx	Equação 017 – OB Canceladas (Regularização)
SIAFI 2009/0768813	7ª ICFEx	Plano de Assistência Saúde Suplementar
SIAFI 2009/0768823	7ª ICFEx	Reposição Remuneratória de Inativos e Pensionistas Militares
SIAFI 2009/0765864	7ª ICFEx	Alterações no Manual do SIAFI WEB
SIAFI 2009/0774417	7ª ICFEx	Cancelamento de Restos a Pagar de 2005 e 2006
SIAFI 2009/0774447	7ª ICFEx	Transmissão de Pagamento (Indisponibilidade) - URGENTE
SIAFI 2009/0774589	7ª ICFEx	Certificação Digital no SIASG
SIAFI 2009/0786123	7ª ICFEx	Determinação do TCU
SIAFI 2009/0787122	7ª ICFEx	Senha de acesso ao SIAPE
SIAFI 2009/0793027	7ª ICFEx	Preenchimento de Questionário da SEFIT/TCU
SIAFI 2009/0798695	7ª ICFEx	Retenções em Folha para Taxa de ocupação de imóveis e Alugueis
SIAFI 2009/0817283	7ª ICFEx	Pagamento de Ajuda de Custo, Indenização Transporte e Diárias
SIAFI 2009/0817294	7ª ICFEx	Campo Inscrição 02 Situações/Deduções – Novo Tratamento
SIAFI 2009/0818264	7ª ICFEx	Especie de EMPENHO
SIAFI 2009/0818271	7ª ICFEx	Servidor Civil – Penções - IMPLANTAÇÃO
SIAFI 2009/0829561	7ª ICFEx	RP não Processados a Liquidar
SIAFI 2009/0829611	7ª ICFEx	Código Pensão Alimentícia Extrajudicial
SIAFI 2009/0840371	7ª ICFEx	Outros Consignatários “UU”
SIASG 053251	DLSG/SLTI/MP	Comprovação de Viagem pelo CHECK-IN via Internet

Obs: Os documentos acima relacionados devem estar arquivados em ordem cronológica, com o visto do OD e do Chefe da Seção interessada.

4ª Parte – ASSUNTOS GERAIS

ANIVERSÁRIO DE OM

Esta chefia e os integrantes da 7ª ICFEx cumprimentam e formulam votos de felicidades e de continuado sucesso profissional aos Ordenadores de Despesas (OD) e integrantes das UG e, igualmente, aos Comandantes (Agentes Diretores – AD) e componentes das UA (vinculadas a uma UG), a seguir relacionadas, cujas datas de aniversário transcorreram ou transcorrerão nos meses de agosto de 2009:

UG	LOCALIZAÇÃO	DATA
15º BI Mtz	João Pessoa-PB	01 AGO
H Gu Natal	Natal - RN	15 AGO
Cmdo da 10ª Bda Inf Mtz	Recife - PE	17 AGO

Informações do tipo “Você sabia ...?”

1. que, o TCU, em Acórdão nº 1391/2009 - Plenário, determinou a fiscalização dos contratos de prestação de serviços, em especial no que diz respeito à obrigatoriedade da contratada arcar com todas as despesas decorrentes de obrigações trabalhistas relativas a seus empregados, de modo a evitar a responsabilização subsidiária da entidade pública, uma vez que a ausência de pendência por ocasião da assinatura execução do mesmo?

2. que, a DGO define o subitem da despesa de acordo com o Plano Interno (PI) específico, conforme os Quadros Demonstrativos das Despesas por Plano Interno, Natureza de Despesa e Subitem, constante das *Orientações aos Agentes da Administração/2009* sobre o emprego dos recursos da Ação 2000 do PAA, atualizado em Junho de 2009? (Disponível no site <http://www.dgo.eb.mil.br>).

3. que, a unificação patrimonial deve ser feita logo após a liquidação da despesa e que a falta de tempestividade no mês da apropriação implica *restrição contábil*?

4. que, por ocasião da apropriação de diárias e passagens, no SIAFI, devem ser utilizados centros de custos específicos, de acordo com cada atividade, semelhante ao que é feito nas liquidações dos serviços (não utilizar CC 999).

5. que, existe a Secretaria de Defesa Econômica?

6. que, podem ser acessados os seus conceitos, funções e atribuições no sítio <http://www.mj.gov.br/dpde/data/pages/mj44407d46ptbrie.htm>?

7. que, existem diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas?

8. que, podem ser acessadas as diretrizes para combater o conluio entre concorrentes em contratações públicas, no sítio <http://www.comprasnet.gov.br/banner/seguero/diretrizes-ocde.pdf>?

9. que, existe um guia prático para pregoeiros e membros de comissões de licitação que pode ser acessado no sítio http://www.comprasnet.gov.br/banner/seguero/cartilha_licitacao.pdf?

10. que, para acessar o SIPEO, os militares responsáveis pela conformidade de operadores deverão entrar no módulo conformidade da página da DIORFA (www2.dgp.eb.mil.br-execução) e realizar a conformidade dos operadores para que as senhas sejam liberadas?

11. que, caso o cadastrador não possua a senha e a tenha solicitado à DIORFA, deverá acessar o sistema com a senha padrão: usuário - nome de guerra, senha - três primeiras letras do primeiro nome caso não seja o nome de guerra, e os cinco primeiros números da identidade?

12. que, as UG que necessitem recolher saldo de limite de saque deverão solicitar autorização, via Msg SIAFI, à D Cont?

13. que, todas as liquidações referentes a ajuda de custo e indenizações de bagagens e passagens de militares movimentados devem ser feitas no centro de custo 99007, endereçados para a UG/OM na qual o militar foi transferido?

14n. que, a mensagem deve conter as seguintes informações: motivo do recolhimento (devolução de suprimento de fundos, cancelamento de obrigação com fornecedor etc); se a despesa foi cancelada e qual o documento de cancelamento; número da NS; Plano Interno; valor e número da PF da D Cont que originou o recurso?

15. que, tendo em vista o teor do § 2º do art. 2º da Portaria MPOG 90, de 24 ABR 2009, as UG da Força Terrestre (EB) estão desobrigadas de utilizarem o Sistema do Cartão de Pagamento – SCP?

16. que, em consequência do acima exposto, ficam sem efeito todas as orientações contidas nas Msg SIAFI 2009/0518219 – SEF, de 08 MAI 2009?

17. que as IG 12-02 prevêm, como atribuição do Fiscal de Contrato, entre outras:

- esclarecer prontamente as dúvidas apresentadas pelo contratado;
- expedir, por escrito, as determinações e comunicações dirigidas ao contratado;
- dar ao Órgão Contratante imediata ciência de ocorrências que possam levar à aplicação de penalidades ao contratado ou à rescisão do contrato;

- relatar ao Órgão Contratante, em tempo hábil, ocorrências ou circunstâncias que possam acarretar dificuldade no desenrolar do fornecimento, obra ou serviço, ou em relação a terceiros;
- solicitar ao Órgão Contratante parecer de especialistas em caso de necessidade;
- aferir a qualidade e conferir a quantidade de material componente dos lotes de recebimento;
- promover, com a presença do contratado, as medições dos serviços, efetuados, no caso de obras;
- verificar, no caso de obras e serviços que envolver fornecimento de mão-de-obra, o cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato por parte do contratado; e
- elaborar um relatório periódico das atividades relacionadas com a execução do contrato.

18. que, ainda de acordo com as IG 12-02, é obrigação da UG, por meio de seu Fiscal de Contrato manter um “Diário de Ocorrências” permanentemente disponível para lançamentos no local, obra ou serviço (Art 96)?

19. que, deve ser registrado, obrigatoriamente, no “Diário de Ocorrências”:

pelo contratado:

- as condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos, no caso de obras;
- as falhas nos serviços de terceiros, não sujeitos à sua ingerência;
- eventual escassez de material, que resulte em dificuldade para a fabricação, obra ou serviço;
- as datas de conclusão de etapas;
- as consultas à fiscalização;
- os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;
- as respostas às interpelações da fiscalização;
- outros fatos que, a juízo do contratado, devam ser objeto de registro.

Pela fiscalização:

- atestação da veracidade dos registros previstos nas letras a), b) e c) do Inciso anterior;
- juízo firmado sobre o andamento da fabricação, obra ou serviço, tendo em vista os projetos, especificações, prazo e cronogramas;
- observações cabíveis, a propósito dos lançamentos do contratado no "Diário de Ocorrência";
- solução às consultas lançadas ou formuladas pelo contratado, com comunicação simultânea à autoridade competente;
- restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho do contratado ou seus prepostos;
- determinação de providências para o cumprimento do projeto e das especificações;
- outros fatos ou observações cujo registro se torna conveniente ao trabalho de fiscalização.

20. que, os fornecimentos, obras ou serviços que não satisfizerem às condições de recebimento serão recusados e colocados à disposição do contratado, para substituição ou refazimento, dentro do prazo de entrega fixado no contrato?

21. que, o Manual SIAFI está disponível, também, no endereço eletrônico www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index.asp, banner “Manual SIAFI Web” ?

22. que, as UG/FUSEx devem publicar, em jornal de circulação local, seu manifesto interesse na contratação/credenciamento de OCS/PSA, nas especialidades julgadas necessárias, credenciando o maior número possível de interessados que cumprirem as exigências cabíveis à contratação?

23. que, a realização de novas publicações/convocações serão efetuadas apenas no caso da UG necessitar efetuar novas contratações, abrangendo somente as especialidades necessárias?

24. que, após decorridos cinco anos, prazo máximo de duração dos contratos administrativos, deverá ser efetuada nova publicação e elaboração de novos contratos/credenciamentos, com a antecedência necessária, visando não interromper os serviços?

25. que, o Registro da Conformidade de Gestão é de responsabilidade de servidor formalmente designado pelo titular da UG Executora (OD, Cmt, Dir e Ch)?

26. que, o servidor responsável pelo Registro deverá constar do Rol de Responsáveis, juntamente com o respectivo substituto, não podendo ter função de emitir documentos?

27. que, o responsável pelo Registro poderá emitir documentos quando a UG se encontrar, justificadamente, impossibilitada de designar servidores distintos para exercer tais funções, sendo que, nesse caso, a Conformidade de Gestão será registrada pelo próprio OD (parágrafo único do art. 8º da IN/STN/no 06, de 31 out 07)?

28. que, a Conformidade dos Registros de Gestão deve ser registrada até 3 dias úteis depois da data do registro da operação no SIAFI, sendo que o sábado contará como 1 dia caso o SIAFI funcione neste dia?

29. que, os relatórios gerados pelo SISCOFIS (RMA/RMB) deverão ser apreciados na reunião de prestação de contas mensal, nos moldes do que preconiza o art.15, da Portaria SEF 009, de 13 Dez 99, ocasião em que serão compatibilizados com os respectivos saldos contábeis gerados pelo SIAFI?

30. que, os relatórios em comento, uma vez aprovados pelo OD, serão arquivados na Fiscalização Administrativa, ou Seção equivalentes, conforme item 4.18.2 do Roteiro para a Execução da Conformidade dos Registros de Gestão, e constarão de seu verso as observações que se fizerem necessárias?

31. que, o responsável pela conformidade de operadores da UG (SIASG/RESPUASG e SIAFI/CONFOP) deve registrar mensalmente a conformidade dos usuários, tanto no SIASG quanto no SIAFI, sob pena de todos ficarem na situação de “SUSPENSO”?

32. que, para tanto, deve seguir os seguintes passos:

1) SIASG: na linha de comando do sistema, digitar >REGCONFUSU; na listagem apresentada de usuários habilitados, desmarcar aqueles que não mais poderão utilizar o sistema; dar **enter**;

2) SIAFI: na linha de comando do sistema, digitar >REGCONFOP; na listagem apresentada de usuários habilitados, desmarcar aqueles que não mais poderão utilizar o sistema; dar **enter**;

33. que, a UG deverá manter 2 (dois) operadores habilitados no perfil “RESPUASG” (conformidade de operadores no SIASG) e “CONFOP” (conformidade de operadores no SIAFI)?

34. que, a conformidade deverá ser efetuada somente na UG primária?

35. que, de acordo com o Of Nr 129 – Asse Jur – 09(A1/SEF), de 18 Mar 09, da SEF, todo militar concludente de CFO/QC da EsAEx, desde que tenha apresentado Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tem direito ao adicional de habilitação no percentual de 16%, uma vez que esses cursos equivalem a uma pós-graduação lato-sensu, nível especialização?

35. que, por meio da Msg 52466 – DLSG/SIASG/DF, 28 abr 09, o Departamento de Logística e Serviços Gerais informou que se encontra disponível no Sistema Integrado de Administração e Serviços Gerais – SIASG, no módulo SISME – minuta de empenho – empenho atual, as seguintes transações:

- a) CANCEMPPE: cancelamento de empenho de despesa pré-empenhada;
- b) ESTANEMPPE: estorno da anulação de empenho de despesa pré-empenhada;
- c) ESTACAEMPPE: estorno do cancelamento de empenho de despesa pré-empenhada?

36. que, deverá ser lançado o CPF do agente suprido quando da emissão do documento hábil “SF”no subsistema CPR?

37. que, para as despesas classificadas em lei como sigilosas e para as quais seja imprescindível a manutenção do sigilo do agente público responsável pelo gasto, a emissão do documento hábil “SF”no subsistema CPR deverá ser em nome da própria UG?

38. que, está disponibilizado na página da D Cont, via intranet, (<http://dcont.sef.eb.mil.br>) um fórum de discussões para esclarecer as dúvidas dos usuários do Sistema Gerencial de Custos?

39. que, de acordo com a Msg Nr 1999/453869, de 18 Nov 99, da SEF, na processualística do pagamento de despesa contratada com a empresa matriz, com atendimento/fornecimento (bens) feitos pela filial/sucursal, onde a Nota de Empenho é feita em favor da matriz (CGC do contratado) e a entrega do bem é feita pela filial (Nota Fiscal com CGC/CNPJ diferente, pois esse código tem controle estadual), a UG deverá proceder a liquidação, porém para efetuar o pagamento deverá exigir da matriz (em cuja conta bancária será processado o pagamento), uma “ carta de preposição”, onde a matriz nomeará a filial como sua preposta na citada operação(entrega do bem)?

7ª ICFEx	Continuação do B Info Nº 07, de 31 de julho de 2009	Pág 14	
-----------------	--	---------------	--

40. que, de acordo com a Msg Nr 2001/248760, de 17 Mai 01, da SEF, o pré-empenho só pode ser realizado em favor do LQFEx (160328), EGGCF (160083) e IBEx (160324), e que outras UG que necessitarem de autorização para recebimento de recursos sob a forma de pré-empenho deverão fazer a solicitação à SEF, por intermédio de sua ICFEx de vinculação, apresentando as justificativas pertinentes?

41. que, de acordo com o procedimento de auditoria previsto no Papel de Trabalho B-6, relativo ao “pregão”, deve haver segregação de funções entre o pregoeiro e os demais agentes da administração constantes do Rol de Responsáveis?

RUBENS MARTINS NETO – Ten Cel
Chefe da 7ª ICFEx

Confere com o Original:

SÉRGIO RICARDO RODRIGUES DE ARAÚJO – Ten Cel
Subchefe da 7ª ICFEx

Anexo “A”

O Boletim do Exército nº 029, de 24 JUL 09, transcreveu a Portaria nº 024-SEF, de 13 de Julho de 2009, que desvincula da 7ª e da 8ª ICFEx, a contar de 01 de setembro de 2009, as Unidades Gestoras (UG) a seguir relacionadas.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS**

PORTARIA Nº 024-SEF, DE 13 DE JULHO DE 2009.

Desvincula da 7ª e da 8ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército as unidades gestoras a seguir relacionadas, vinculando-as à 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército – 10ª ICFEx.

O SECRETÁRIO DE ECONOMIA E FINANÇAS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso IX do artigo 1º da Portaria nº 727, de 08 de outubro de 2007, do Comandante do Exército, e de acordo com a Portaria nº 083-EME, de 11 de setembro de 2008, que aprova a diretriz para ativação da 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Desvincular da 7ª e da 8ª ICFEx, a contar de 01 de setembro de 2009, as Unidades Gestoras (UG) a seguir relacionadas.

a. UG a serem desvinculadas da 7ª ICFEx:

CODUG	DENOMINAÇÃO	SIGLA	GUARNIÇÃO - UF
160041	40º Batalhão de Infantaria	40º BI	Crateús - CE
160044	23º Batalhão de Caçadores	23º BC	Fortaleza - CE
160045	25ª Circunscrição de Serviço Militar	25ª CSM	Fortaleza - CE
160046	Colégio Militar de Fortaleza	CMF	Fortaleza - CE
160047	Comando da 10ª Região Militar	Comdo 10ª RM	Fortaleza - CE
160049	10º Depósito de Suprimento	10º D Sup	Fortaleza - CE
160050	Hospital Geral de Fortaleza	H Ge Fortaleza	Fortaleza - CE
160051	Parque Regional de Manutenção da 10ª Região Militar	Pq R Mnt/10	Fortaleza - CE
160202	3º Batalhão de Engenharia de Construção	3º BE Cnst	Picos - PI
160203	2º Batalhão de Engenharia de Construção	2º BE Cnst	Teresina - PI
160204	25º Batalhão de Caçadores	25º BC	Teresina - PI
160205	26ª Circunscrição de Serviço Militar	26ª CSM	Teresina - PI
160339	1º Batalhão de Engenharia de Construção	1º BE Cnst	Caicó - RN
160340	16º Batalhão de Infantaria Motorizado	16º BI Mtz	Natal - RN
160341	17º Grupo de Artilharia de Campanha	17º GAC	Natal - RN
160342	24ª Circunscrição de Serviço Militar	24ª CSM	Natal - RN
160343	7º Batalhão de Engenharia de Combate	7º BE Cmb	Natal - RN
160344	Comando da 7ª Brigada de Infantaria Motorizada	Comdo 7ª Bda Inf Mtz	Natal - RN
160345	Hospital de Guarnição de Natal	H Gu Natal	Natal - RN

b. UG a serem desvinculadas da 8ª ICFEx:

CODUG	DENOMINAÇÃO	SIGLA	GUARNIÇÃO - UF
160104	27ª Circunscrição de Serviço Militar	27ª CSM	São Luís - MA
160105	24º Batalhão de Caçadores	24º BC	São Luís - MA

Art. 2º Vincular à 10ª Inspeção de Contabilidade e Finanças do Exército (10ª ICFEx), CODOM 062117, a contar de 01 de setembro de 2009, as UG relacionadas nas letras a. e b. do artigo 1º desta portaria.

Art. 3º Determinar às organizações militares diretamente subordinadas à SEF que adotem, em suas áreas de competência, as providências decorrentes.

Art. 4º Estabelecer que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gen Ex **FERNANDO SÉRGIO GALVÃO**
Secretário de Economia e Finanças

(Transcrito do Boletim de Exército Nº 029, de 24 de julho de 2009)

Em consequência, determino aos chefes das seções desta Inspeção tomar, na esfera de atribuições, conhecimento e providências decorrentes.

Anexo “B”**JULGADOS E NORMAS DO TCU DE MAIOR INTERESSE PARA AS UG
PUBLICADOS EM JUNHO DE 2009**

- Assunto: **INFORMÁTICA**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 141. Ementa: determinação ao ... para que, em procedimentos licitatórios que vier a lançar, tendo por objeto a contratação de serviços de informática, observe as orientações constantes das deliberações do TCU, notadamente, as constantes dos Acórdãos de nºs 1.094/2004-P, 667/2005-P, .103/2005-P, 2.171/2005-P, 2.172/2005-P, 786/2006-P, 2.028/2006-P, 614/2008-P e 1.239/2008-P, no que couber; além das disposições das Leis nºs 8.666/1993 e 10.520/2002 e da IN/SLTI-MP nº 04/2008 (item 9.1, TC-020.513/2005-4, Acórdão nº 1.139/2009-Plenário).

- Assuntos: **AMOSTRAS, LICITAÇÕES e PREGÃO**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 144. Ementa: determinação ... para que: a) em futuros editais de pregão, caso entenda necessária a apresentação de amostras, adote critérios objetivos para sua avaliação, os quais devem estar detalhadamente especificados no edital, e somente as exija do licitante provisoriamente em primeiro lugar no certame; b) abstenha-se de incluir em editais de licitação, em qualquer modalidade, a exigência de comprovação de inexistência de débito junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), por contrariar a Lei nº 10.520/2002 e o art. 27, “caput”, da Lei nº 8.666/1993; c) abstenha-se de incluir, em editais de licitação, juízo de admissibilidade aos recursos administrativos, cujo processamento não tenha efeito suspensivo, por contrariar a Lei nº 10.520/2002, o Decreto nº 5.450/2005 e a Lei nº 8.666/1993, bem como por ofender o princípio da legalidade, nos termos do art. 37, “caput”, da Constituição Federal (item 9.2, TC-008.614/2006-4, Acórdão nº 1.168/2009-Plenário).

- Assuntos: **LICITAÇÕES e PREGÃO ELETRÔNICO**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 155. Ementa: determinação ... para que: a) em licitações na modalidade de pregão, observe as disposições da Lei nº 10.520/2002, em especial no que tange à elaboração de orçamento pelo próprio órgão, consoante o disposto no art. 3º, incisos I e II, daquela lei; b) ao exigir atestado de capacidade técnica de licitantes, atenha-se ao disposto no art. 30, inc. II da Lei nº 8.666/1993; c) providencie a implementação da sistemática de pregão eletrônico, para fins de licitação na modalidade de pregão, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31.05.2005 (item 1.6, TC-027.447/2008-3, Acórdão nº 2.591/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **SUPRIMENTO DE FUNDOS**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 166. Ementa: determinação ... para que se abstenha de utilizar suprimento de fundos de caráter sigiloso para despesas que possam se subordinar ao processo normal de execução, a exemplo da manutenção de equipamentos (impressoras, “nobreaks”, monitores), ainda que de uso dos setores ligados à inteligência policial, salvo se demonstradas, no caso concreto, as circunstâncias que inviabilizariam a utilização de modalidades de execução ostensiva da despesa, inclusive a eventual concessão de suprimento de fundos de caráter não sigiloso (item 1.5.1.1, TC-018.758/2007-6, Acórdão nº 2.679/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **DECISÃO JUDICIAL e LICITAÇÕES**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 166. Ementa: determinação ... para que adote as providências necessárias com vistas à anulação ou revogação de licitações objeto de ação judicial cujos argumentos sejam relevantes e a demora na apreciação pelo Judiciário ocasionem sucessivos contratos emergenciais, como verificado quando da suspensão cautelar de uma concorrência de 2002 (item 1.5.1.6, TC-018.758/2007-6, Acórdão nº 2.679/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 184. Ementa: determinação ... para que preveja, no instrumento convocatório, a possibilidade de o profissional indicado na comprovação de capacitação técnico-profissional ser vinculado à licitante por meio de contrato de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum, na esteira dos Acórdãos de nºs 2.297/2005-P, 361/2006-P, 291/2007-P, 597-P e 1.110/2007-Plenário (item 1.5.1.1, TC-005.629/2009-8, Acórdão nº 2.585/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **OBRA PÚBLICA**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 186. Ementa: determinação ... para que faça constar dos editais de licitações de obras e serviços de engenharia informações a respeito da forma de mensuração dos gastos com energia elétrica e de água (se terão controles específicos ou não) e como esses gastos serão compensados no contrato (à conta da UG ou do contratado) (item 1.4.1, TC- 003.864/2008-0, Acórdão nº 2.601/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **COMBUSTÍVEL**. DOU de 29.05.2009, S. 1, p. 189. Ementa: determinação ... para que, em licitações para a aquisição de combustíveis ou objeto semelhante, caso seja exigido no edital que a empresa licitante possua unidade de abastecimento situada a uma distância máxima da sede da entidade, seja justificado no processo da licitação o valor estabelecido como distância máxima entre a sede da entidade e a unidade de abastecimento da empresa licitante (item 1.5, TC-031.380/2008-9, Acórdão nº 2.634/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 191. Ementa: determinação ... para que se abstenha de fixar a remuneração mínima a ser paga e os benefícios a serem concedidos pelos licitantes aos profissionais que vierem a prestar serviços à UG em decorrência de eventual contratação, a fim de evitar a fixação de preços mínimos vedada pelo art. 40, inc. X, da Lei nº 8.666/1993, bem assim atender aos princípios da legalidade, da competitividade e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração (item 1.5.1.1, TC-024.402/2007-0, Acórdão nº 2.838/2009-1ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS, DOCUMENTO FISCAL e PAGAMENTO**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 197. Ementa: determinação ... para que cumpra os prazos de pagamento aventados nos contratos e, ao apor visto nas notas fiscais de seus fornecedores, coloque sempre a data de atesto efetivo do recebimento dos bens ou serviços (item 9.4.3, TC-018.843/2007-9, Acórdão nº 2.866/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 197. Ementa: determinação ... para que faça constar, nos certames, da Ata da Sessão de Recebimento e Abertura dos Envelopes de Propostas de Preços e Documentação de Habilitação, em respeito ao princípio da publicidade, o nome das empresas que declinaram do Convite, o nome daquelas que foram desclassificadas (Sic), bem como o item do Edital que não foi por elas atendido (item 9.4.5, TC-018.843/2007-9, Acórdão nº 2.866/2009-1ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 210. Ementa: determinação ... para que, nos certames licitatórios, não estabeleça exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou, ainda, em locais específicos, ou quaisquer outros critérios baseados em conceitos subjetivos para aferição da capacidade técnica das licitantes, evitando a apresentação de exigências genéricas que proporcionem subjetividade na análise a ser feita pelas comissões de licitação e pelos pregoeiros (item 1.5.2, TC-002.254/2009-5, Acórdão nº 2.732/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **CONTRATOS, PAGAMENTO e QUALIDADE**. DOU de 05.06.2009, S.1, p. 210. Ementa: recomendação ... para que efetue o recebimento de compras ou de prestações de serviços realizando criteriosa verificação da qualidade e quantidade do material ou serviço e a conseqüente aceitação; fazendo constar dos processos de pagamentos as respectivas portarias designando empregado ou comissão para proceder ao recebimento provisório ou definitivo das aquisições de bens e serviços contratados pelas entidades do sistema, emitindo termo circunstanciado, assinado pelas partes, demonstrando que as compras ou serviços foram recebidos integralmente de acordo com as exigências contratuais (item 1.5.3, TC-002.254/2009-5, Acórdão nº 2.732/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 216. Ementa: determinação ... para que, na elaboração de editais de licitação, abstenha-se de exigir atestados técnico-operacionais demasiadamente específicos das empresas interessadas, conforme prevê o art. 30, II, e § 1º da Lei nº 8.666/1993, vez que o art. 3º, §1º, inc. I, deste dispositivo legal, estabelece que nos certames licitatórios não se deve admitir, prever, incluir ou tolerar cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo (item 1.6, TC-029.315/2007-5, Acórdão nº 2.770/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **CONTRATOS**. DOU de 05.06.2009, S. 1, p. 217. Ementa: determinação ... para que se abstenha de aditar seus contratos com objetivo de adquirir bens ou serviços que devam, obrigatoriamente, ser licitados, por não constituírem parte do contrato celebrado (item 1.5.1.5, TC- 017.084/2006-5, Acórdão nº 2.775/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **LIMPEZA e VIGILÂNCIA**. DOU de 08.06.2009, S. 1, p. 111. Ementa: determinação ... para que deixe de incluir, nas contratações de serviços de mão-de-obra especializada, categorias funcionais pertencentes aos serviços de vigilância e de limpeza e conservação, uma vez que, para esses serviços, deve-se observar a metodologia própria para o cálculo de seus custos, indicada no Anexo III - "e" e "f" - da IN/SLTI/MP nº 02/2008 (item 9.14.2, TC-001.323/2006-5, Acórdão nº 1.209/2009-Plenário).

- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 08.06.2009, S. 1, p. 113. Ementa: determinação ... para que estabeleça, em licitações do tipo técnica e preço, critérios de pontuação e valoração dos quesitos da proposta técnica dos licitantes compatíveis com o objeto licitado, de modo a atribuir pontuação que, ao mesmo tempo que valore o aspecto técnico em nível necessário e, sobretudo, suficiente, não elimine ou, mesmo, reduza o estímulo à oferta de propostas mais econômicas, em consonância com o art. 3º, “caput”, da Lei nº 8.666/1993 e em atenção aos Acórdãos de nºs 1.782/2007-P e 1.330/2008- P (item 9.4.2, TC- 007.245/2009-9, Acórdão nº 1.227/2009-Plenário).

- Assunto: **REGISTRO DE PREÇOS**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 100. Ementa: determinação ... para que faça constar do processo de aquisição de produtos por Registros de Preços a justificativa técnica juntamente com a pesquisa de preços, de modo a identificar se o preço registrado continua compatível com o vigente no mercado, dando cumprimento ao disposto no art. 8º do Decreto nº 3.931/2001 (item 1.5.3, TC-018.356/2008-8, Acórdão nº 2.911/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 100. Ementa: determinação ... para que observe rigorosamente a caracterização da situação de inexigibilidade a que alude o art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, atentando-se a seus requisitos essenciais: inviabilidade de competição e fornecedor exclusivo para o produto; bem como que adote as providências necessárias para assegurar a veracidade dos atestados de exclusividade fornecidos por órgãos e entidades emitentes (item 1.5.5, TC-018.356/2008-8, Acórdão nº 2.911/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **OUTROS**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 101. Ementa: determinação ... para que, relativamente a pagamento indevido de taxa de administração ... pelo gerenciamento de recursos do ..., providencie o recolhimento do valor de R\$ 55.982,09, pela ..., ao Fundo ..., atualizado monetariamente, sem aplicação de juros, desde 2.05.2007, em virtude da utilização indevida da Tabela Price no cálculo do parcelamento do ressarcimento efetuado entre 2.06.2005 e 12.05.2007, quando deveria ter sido adotada a metodologia utilizada na Administração Pública atualização pelo programa "Débito") (item 1.5.1.2, TC- 008.847/2004-0, Acórdão nº 2.920/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 107. Ementa: determinação ... para que faça constar dos processos de dispensa de licitação, especialmente nas hipóteses de contratação emergencial, a justificativa de preços a que se refere o inc. III do art. 26 da Lei nº 8.666/1993, mesmo nas hipóteses em que somente um fornecedor possa prestar os serviços necessários à Administração, mediante a verificação da conformidade do orçamento com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão oficial competente ou, ainda, com os constantes do sistema de registro de preços, os quais devem ser registrados nos autos, conforme Decisão nº 627/1999-Plenário (item 1.5.1, TC-016.561/2007- 1, Acórdão nº 2.965/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **DISPENSA DE LICITAÇÃO e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 107. Ementa: determinação ... para que atente para o fato de que os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, a que se refere o art. 26 da Lei nº 8.666/1993, está condicionada à sua publicação na imprensa oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores estiverem dentro dos limites fixados pelos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/1993 (item 1.5.3, TC- 016.561/2007-1, Acórdão nº 2.965/2009-2ª Câmara).

- Assuntos: **DISCIPLINAR e VEÍCULOS**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 114. Ementa: determinação ... para que mantenha rigoroso controle em relação aos deslocamentos dos veículos da unidade, efetuando os registros, dentre outros, da natureza da saída, da quilometragem e da hora da saída e da chegada, nos termos da legislação vigente, promovendo sindicância toda vez que receber comunicação de uso irregular de seus veículos, e instaurando o competente procedimento administrativo-disciplinar sempre que comprovado os indícios dos fatos comunicados (item 9.5.1, TC-009.170/2002-8, Acórdão nº 3.010/2009- 2ª Câmara).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 107. Ementa: determinação ... para que observe que a regra a ser cumprida pela Administração Pública é a licitação, sendo que sua dispensa só pode ser efetuada em casos excepcionais, devidamente justificados, de modo que a contratação direta deve ser realizada com muita cautela (item 1.5.6, TC-016.561/2007-1, Acórdão nº 2.965/2009-2ª Câmara).

- Assunto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**. DOU de 12.06.2009, S. 1, p. 118. Ementa: determinação ... para que, quando da aplicação do disposto no art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666/1993, observe o disposto no item 'a.1' da Decisão nº 347/1994- Plenário, proferida em sede de consulta, no sentido de que somente estaria justificada a contratação fundamentada nesse dispositivo legal quando “a situação adversa, dada como de emergência ou de calamidade pública, não se tenha originado, total ou parcialmente, da falta de planejamento, da desídia administrativa ou da má gestão dos recursos disponíveis, ou seja, que ela não possa, em alguma medida, ser atribuída à culpa ou dolo do agente público que tinha o dever de agir para prevenir a ocorrência de tal situação” (item 9.3, TC-013.890/2003-3, Acórdão nº 3.022/2009-2ª Câmara).
- Assunto: **PASSAGENS**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 109. Ementa: encaminhamento ... para o aperfeiçoamento de seu modelo de contratação de agências de viagens, de cópia das Portarias de nºs 265/2001 e 41/2005, ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (item 9.4, TC- 004.676/2009-3, Acórdão nº 1.248/2009-Plenário).
- Assuntos: **CONTRATOS e INIDONEIDADE**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 113. Ementa: determinação ... para que proceda à rescisão contratual de todos os contratos porventura vigentes com três empresas de transporte aéreo, declaradas inidôneas pelo TCU, e providencie, caso necessário, abertura imediata de certame licitatório para execução dos serviços que estejam sendo realizados pelas 3 empresas citadas; bem como realize, se necessário, contratação de natureza emergencial, para realização das operações referidas anteriormente, limitada ao prazo máximo de 180 dias de duração do contrato (itens 9.1, 9.3.1 e 9.3.2, TC 016.556/2005-5, Acórdão nº 1.262/2009-Plenário).
- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 114. Ementa: determinação ... para que não exija, como condição para participar de processos licitatórios: a) apresentação de certificados de qualidade e outros documentos que não integrem o rol da documentação exigida por lei, nos termos do inc. II c/c o § 1º do art. 30 da Lei nº 8.666/1993; b) que os propensos licitantes comprovem a propriedade dos equipamentos a serem utilizados na execução do objeto, bem como das suas localizações prévias, permitindo-se apenas a relação explícita e a declaração formal quanto a sua disponibilidade, conforme disposto no § 6º do art. 30 da Lei nº 8.666/1993; c) comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional (itens 9.4.2, 9.4.3 e 9.4.4, TC-032.875/2008-0, Acórdão nº 1.265/2009- Plenário).
- Assunto: **LICITAÇÕES**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 114. Ementa: determinação ... para que se abstenha de exigir a comprovação do oferecimento de garantia, como forma de assegurar a qualificação econômico-financeira dos licitantes, em data anterior à da apresentação dos documentos de habilitação, de acordo com a interpretação extraída do art. 40, inc. I, da Lei nº 8.666/1993 (item 9.4.6, TC- 032.875/2008-0, Acórdão nº 1.265/2009-Plenário).
- Assunto: **INFORMÁTICA**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 118. Ementa: determinação ... para que se abstenha de prever a exigência, em editais para aquisição de bens da área de informática, de que a licitante seja credenciada, autorizada, eleita, designada, ou outro instituto similar, pelo fabricante para fornecer, instalar, dar suporte e configurar os equipamentos que constituam o objeto da licitação, tendo em vista tratar-se de condição que restringe indevida e desnecessariamente o caráter competitivo do certame, contrariando os arts. 3º, § 1º, inc. I, e 30 da Lei nº 8.666/1993 (item 9.3, TC-033.418/2008-7, Acórdão nº 1.281/2009-Plenário).
- Assunto: **PAGAMENTO ANTECIPADO**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 142. Ementa: determinação ... para que observe o disposto no art. 62 da Lei nº 4.320/1964 e no art. 65, inc. II, alínea “c”, da Lei nº 8.666/1993, abstando-se de realizar pagamentos antecipados (item 1.6.1.1, TC-008.146/2008-7, Acórdão nº 3.051/2009-1ª Câmara).
- Assunto: **SERVIÇO CONTÍNUO**. DOU de 15.06.2009, S. 1, p. 147. Ementa: determinação ... para que, caso venha a optar pela prorrogação de um contrato firmado com uma empresa de conservação e Limpeza, observe, rigorosamente, o disposto no art. 57, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, que condiciona tal medida à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração (item 9.4, TC- 021.108/2008-1, Acórdão nº 3.078/2009-1ª Câmara).

Anexo “C”

ORIENTAÇÕES NORMATIVAS DA AGU SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- **Assuntos: AGU e SERVIÇO CONTÍNUO. Orientação Normativa/AGU nº 1**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “A vigência do contrato de serviço contínuo não está adstrita ao exercício financeiro”.

REFERÊNCIA: Art. 57, inc. II, Lei no 8.666, de 1993; art. 60, Lei no 4.320, de 1964; art. 30, Decreto no 93.872, de 1986; NOTA/DECOR/CGU/AGU no 298/2006-ACMG; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, No 1, jun/07, Orientação 02. Decisões TCU 586/2002-Segunda Câmara e 25/2000-Plenário.

- **Assuntos: AGU e PROCESSO ADMINISTRATIVO. Orientação Normativa/AGU nº 2**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “Os instrumentos dos contratos, convênios e demais ajustes, bem como os respectivos aditivos, devem integrar um único processo administrativo, devidamente autuado em seqüência cronológica, numerado, rubricado, contendo cada volume os respectivos termos de abertura e encerramento”.

REFERÊNCIA: art. 38, caput, e 60 da Lei no 8.666, de 1993; art. 22 da Lei 9.784, de 1999; Portarias Normativas SLTI/MP no 05, de 2002 e 03, de 2003; Orientações Básicas sobre Processo Administrativo do NAJ/PR; Decisão TCU 955/2002-Plenário e Acórdãos TCU 1300/2003-Primeira Câmara, 216/2007-Plenário, 338/2008-Plenário.

- **Assuntos: AGU e CONTRATOS. Orientação Normativa/AGU nº 3**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “Na análise dos processos relativos à prorrogação de prazo, cumpre aos órgãos jurídicos verificar se não há extrapolação do atual prazo de vigência, bem como eventual ocorrência de solução de continuidade nos aditivos precedentes, hipóteses que configuram a extinção do ajuste, impedindo a sua prorrogação”.

REFERÊNCIA: art. 57, inc. II, Lei nº 8.666, de 1993; Nota DECOR nº 57/2004-MMV; Acórdãos TCU 211/2008-Plenário e 100/2008-Plenário.

- **Assuntos: AGU e PAGAMENTO. Orientação Normativa/AGU nº 4**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “A despesa sem cobertura contratual deverá ser objeto de reconhecimento da obrigação de indenizar nos termos do art. 59, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo da apuração da responsabilidade de quem lhe der causa”.

REFERÊNCIA: arts. 59, parágrafo único, 60, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993; Art. 63, Lei nº 4.320, de 1964; Acórdão TCU 375/1999-Segunda Câmara.

- **Assuntos: AGU e OBRA PÚBLICA. Orientação Normativa/AGU nº 5**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “Na contratação de obra ou serviço de engenharia, o instrumento convocatório deve estabelecer critérios de aceitabilidade dos preços unitários e global”.

REFERÊNCIA: art. 6º, inc. IX, item "f", art. 40, inc. X, ambos da Lei nº 8.666, de 1993; Parecer AGU/CGU/NAJRN 296/2008-APT; Decisões TCU 253/2002-Plenário e 1.054/2002-Plenário. Acórdãos TCU 1.684/2003 - Plenário, 1.387/2006-Plenário, 2.006/2006-Plenário, 818/1007 - Plenário, 597/2008-Plenário e 1.380/2008-Plenário.

- **Assuntos: AGU, IMÓVEIS e LOCAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 6**, de 01.04.2009 (DOU de 7.04.2009, S. 1, p. 13) - “A vigência do contrato de locação de imóveis, no qual a Administração Pública é locatária, rege-se pelo art. 51 da Lei nº 8.245, de 1991, não estando sujeita ao limite máximo de sessenta meses, estipulado pelo inc. II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993”.

REFERÊNCIA: art. 62, § 3º e art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993; arts. 51 a 57 da Lei nº 8.245, de 1991; Decisão TCU 828/2000 - Plenário.

- **Assuntos: AGU e MICROEMPRESA. Orientação Normativa/AGU nº 7**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “O tratamento favorecido de que tratam os arts. 43 a 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser concedido às microempresas e empresas de pequeno porte independentemente de previsão editalícia”.

REFERÊNCIA: arts. 43 a 49, da Lei Complementar nº 123, de 2006; Decreto nº 6.204, de 2007; Acórdão TCU 2.144/2007-Plenário

- **Assuntos: AGU e PASSAGENS. Orientação Normativa/AGU nº 8**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 13) - “O fornecimento de passagens aéreas e terrestres enquadra-se no conceito de serviço previsto no inc. II do art. 6º da Lei nº 8.666, de 1993”.

REFERÊNCIA: Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008; Nota AGU/GV nº 10/2005.

- **Assuntos: AGU e REGULARIDADE FISCAL. Orientação Normativa/AGU nº 9**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, ps. 13 e 14) - “A comprovação da regularidade fiscal na celebração do contrato ou no pagamento de serviços já prestados, no caso de empresas que detenham o monopólio de serviço público, pode ser dispensada em caráter excepcional, desde que previamente autorizada pela autoridade maior do órgão contratante e concomitantemente, a situação de irregularidade seja comunicada ao agente arrecadador e à agência reguladora”.

REFERÊNCIA: Decisão TCU 431/1997-Plenário, Acórdão TCU 1105/ 2006- Plenário

- **Assuntos: AGU, DISPENSA DE LICITAÇÃO e SERVIÇO CONTÍNUO. Orientação Normativa/AGU nº 10**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Na contratação de serviço contínuo, com fundamento no art. 24, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, o limite máximo de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) deverá considerar a possibilidade da duração do contrato pelo prazo de 60 (sessenta) meses”.

REFERÊNCIA: Arts. 7º, § 2º, inc. II, 15, inc. V, 23, § 5º, 24, inc. II, e 57, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993. Enunciado PF/IBGE/RJ 01. Parecer AGU/CGU/NAJMG 39/2007-MRAK; Acórdãos TCU 177/1994-Primeira Câmara, 260/2002-Plenário, 696/2003-Primeira Câmara, 1.560/2003-Plenário, 1.862/2003-Plenário, 740/2004-Plenário, 1.386/2005-Plenário, 186/2008-Plenário e 3.619/2008- Segunda Câmara.

- **Assuntos: AGU e DISPENSA DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 11**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “A contratação direta com fundamento no inc. IV do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, exige que, concomitantemente, seja apurado se a situação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, hipótese que, quem lhe deu causa será responsabilizado na forma da lei”.

REFERÊNCIA: art. 24, inc. IV, da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdão TCU 1.876/2007-Plenário.

- **Assuntos: AGU e DISPENSA DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 12**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Não se dispensa licitação, com fundamento nos **TRIBUNAL DE** incs. V e VII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, caso a licitação fracassada ou deserta tenha sido realizada na modalidade convite”.

REFERÊNCIA: arts. 22 e 24, inc. V e VII, da Lei nº 8.666, de 1993; Súmula TCU no 248; Decisões TCU 274/94-Plenário, 56/2000-Segunda Câmara; Acórdãos TCU 1089/2003-Plenário e 819/2005-Plenário.

- **Assuntos: AGU, DISPENSA DE LICITAÇÃO e FUNDAÇÃO DE APOIO. Orientação Normativa/AGU nº 14**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Os contratos firmados com as fundações de apoio com base na dispensa de licitação prevista no inc. XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, devem estar diretamente vinculados a projetos com definição clara do objeto e com prazo determinado, sendo vedadas a subcontratação; a contratação de serviços contínuos ou de manutenção; e a contratação de serviços destinados a atender às necessidades permanentes da instituição”.

REFERÊNCIA: Lei no 8.666, de 1993; Lei no 8.958, de 1994; Decreto no 5.205, de 2004; Acórdãos TCU 1516/2005-Plenário, 248/2006-Plenário, 918/2008-Plenário.

- **Assuntos: AGU e DISPENSA DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 13**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica não se enquadra como órgão ou entidade que integra a Administração Pública, para os fins de dispensa de licitação com fundamento no inc. VIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993”.

REFERÊNCIA: art. 173, § 1º, inc. II, Constituição Federal; art. 2º e parágrafo único, art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666, de 1993; Acórdãos TCU 2203/2005-Primeira Câmara, 2063/2005-Plenário, 2399/2006-Plenário.

- **Assuntos: AGU e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 15**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “A contratação direta com fundamento na inexigibilidade prevista no art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993, é restrita aos casos de compras, não podendo abranger serviços”.

REFERÊNCIA: Art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993. Despacho do Consultor-Geral da União nº 343/2007. Acórdão TCU 1.796/2007-Plenário

- **Assuntos: AGU e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/AGU nº 16**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Compete à Administração averiguar a veracidade do atestado de exclusividade apresentado nos termos do art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993”.

REFERÊNCIA: Art. 25, inc. I, da Lei nº 8.666, de 1993. Despacho do Consultor-Geral da União 343/2007. Parecer AGU/CGU/NAJSE 54/2008-JANS. Acórdãos TCU 1.796/2007 - Plenário, 223/2005 - Plenário.

- **Assuntos: AGU e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/ AGU nº 17**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “É obrigatória a justificativa de preço na inexigibilidade de licitação, que deverá ser realizada mediante a comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas”.

REFERÊNCIA: art. 26, parágrafo único, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; Despacho do Consultor-Geral da União nº 343/2007; Informativo NAJ/RJ, ANO 1, Nº 1, jun/07, Orientação 05; Decisão TCU 439/2003-Plenário, Acórdãos TCU 540/2003-Plenário, 819/2005-Plenário, 1.357/2005-Plenário, 1.796/2007-Plenário.

- **Assuntos: AGU e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Orientação Normativa/ AGU nº 18**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “Contrata-se por inexigibilidade de licitação com fundamento no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666, de 1993, conferencistas para ministrar cursos para treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, ou a inscrição em cursos abertos, desde que caracterizada a singularidade do objeto e verificado tratar-se de notório especialista”.

REFERÊNCIA: art. 25, inc. II, da Lei 8.666, DE 1993; Decisões TCU 535/1996-Plenário e 439/1998-Plenário

- **Assuntos: AGU e REGISTRO DE PREÇOS. Orientação Normativa/AGU nº 19**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 14) - “O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de no máximo um ano, nos termos do art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993, razão porque eventual prorrogação da sua vigência, com fundamento no § 2º do art. 4º do Decreto nº 3.931, de 2001, somente será admitida até o referido limite, e desde que devidamente justificada, mediante autorização da autoridade superior e que a proposta continue se mostrando mais vantajosa”.

REFERÊNCIA: art. 15, § 3º, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 4º, caput, § 2º, do Decreto nº 3.931, de 2001

- **Assuntos: AGU e REGISTRO DE PREÇOS. Orientação Normativa/AGU nº 20**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, ps. 14 e 15) - “Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

REFERÊNCIA: arts. 15 e 38, caput, da Lei no 8.666, de 1993; art. 3o do Decreto no 3.931, de 2001; Acórdãos TCU 3.146/2004-Primeira Câmara e 1.279/2008-Plenário.

- **Assuntos: AGU e REGISTRO DE PREÇOS. Orientação Normativa/AGU nº 21**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “É vedada aos órgãos públicos federais a adesão à Ata de Registro de Preços, quando a licitação tiver sido realizada pela Administração Pública Estadual, Municipal ou do Distrito Federal”.

REFERÊNCIA: arts. 1o, 15, inc. II e § 3o, Lei no 8.666, de 1993; art. 1o, Decreto no 3.931, de 2001. Acórdão TCU 1.487/2007-Plenário

- **Assuntos: AGU e CONTRATOS. Orientação Normativa/AGU nº 22**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “O reequilíbrio econômico-financeiro pode ser concedido a qualquer tempo, independentemente de previsão contratual, desde que verificadas as circunstâncias elencadas na letra ‘d’ do inc. II do art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993”.

REFERÊNCIA: art. 65, inc. II, letra "d", da Lei no 8.666, de 1993; Nota AGU/DECOR no 23/2006-AMD; Acórdão TCU 1.563/2004-Plenário

- **Assuntos: AGU e SERVIÇO CONTÍNUO. Orientação Normativa/AGU nº 23**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “O edital e o contrato de serviço continuado deverão indicar o critério de reajustamento de preços, que deverá ser sob a forma de reajuste em sentido estrito, com previsão de índice setorial, ou por repactuação, pela demonstração analítica da variação dos componentes dos custos”.

REFERÊNCIA: arts. 1o, 2o e 3o da Lei no 10.192, de 2001; art. 40, inc. XI, artigo 55, inciso III, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008; Acórdãos TCU 1.563/2004-Plenário, 1.941/2006-Plenário e 1.828/2008-Plenário

- **Assuntos: AGU e SERVIÇO CONTÍNUO. Orientação Normativa/AGU nº 24**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “O edital e o contrato para prestação de serviço continuado devem conter apenas um evento como marco inicial para a contagem do interregno de um ano para o primeiro reajuste ou repactuação: ou a data da proposta ou a data do orçamento a que a proposta se referir”.

REFERÊNCIA: Art. 1º, 2º e 3º, da Lei nº 10.192, de 2001; art. 40, inc. XI, art. 55, inc. III, da Lei nº 8.666, de 1993; art. 5º do Decreto nº 2.271, de 1997; Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008; Acórdão TCU 1.941/2006 - Plenário.

- **Assuntos: AGU e CONTRATOS. Orientação Normativa/AGU nº 25**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “A alteração dos insumos da planilha de preços decorrente de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho somente poderá ser objeto de pedido de repactuação contratual”.

REFERÊNCIA: arts. 40, inc. XI, e 55, inc. III, da Lei no 8.666, de 1993; Nota AGU/DECOR no 23/2006-AMD; Acórdãos TCU 1.563/2004-Plenário, 2255/2005-Plenário.

- **Assuntos: AGU e CONTRATOS. Orientação Normativa/AGU nº 26**, de 01.04.2009 (DOU de 07.04.2009, S. 1, p. 15) - “Na contratação de serviço em que a maior parcela do custo for decorrente de mão-de-obra, o edital e o contrato deverão indicar expressamente que o prazo de um ano, para a primeira repactuação, conta-se da data do orçamento a que a proposta se referir”.

REFERÊNCIA: arts. 1º, 2º, 3º, da Lei nº 10.192, de 2001; art. 40, inc. XI, art. 55, inc. III, da Lei 8.666, de 1993; art. 5º do Decreto nº 2.271/97; Instrução Normativa SLTI/MP nº 02, de 2008; Parecer AGU/CGU/DEAEX 1/2008-JTB; Parecer AGU/CGU/NAJSP 095/2006-LSM; Parecer AGU/CGU/NAJSE 12/2008-JANS; Acórdão 1.941/2006-Plenário.